

# Governo rejeita mudança brusca nas finanças

BRASILIA — O Governo já preparou munção pesada para contra-atacar as propostas do anteprojeto da Subcomissão de Finanças da Assembléia Nacional Constituinte. Dos gabinetes da área econômica, principalmente do Banco Central e do Ministério da Fazenda, um detalhado estudo técnico foi elaborado a partir da aprovação do anteprojeto do relator da subcomissão, Fernando Gasparian (PMDB-SP), capaz de nortear a articulação política com os parlamentares afinados com as posições do Governo, que tem como objetivo final obstruir as mudanças mais polêmicas na legislação atual.

O Governo quer preservar o Conselho Monetário Nacional (CMN), que, na proposta de Gasparian, é simplesmente extinto, mesmo que se permita acenar com alterações na sua composição. E não quer que seja aprovada a proibição aos bancos internacionais de captarem depósitos no País, assim como não quer vedar a presença de pessoas físicas ou jurídicas estrangeiras na participação acionária das instituições financeiras no País.

O estudo técnico do Governo, que rebate ponto por ponto quase todos os artigos previstos no anteprojeto da subcomissão, reflete, em meio à interferência dos funcionários do próprio Governo, as teses compartilhadas pelo ex-Ministro da Fazenda, Mário Henrique Simonsen e, no âmbito parlamentar, pelo Presidente da Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças, Deputado Francisco Dornelles (PFL-RJ), e pelo relator da mesma comissão, Deputado José Serra (PMDB-SP).

Pouco restará do arcabouço construído pela Subcomissão de Finanças se o Governo conseguir valer suas propostas na Assembléia Constituinte, uma tarefa para a qual se lança com disposição redobrada depois de ter constatado a tramitação quase desimpedida de pressões oficiais, na sua avaliação de alterações profundas na organização financeira do País na fase da subcomissão.

A contra-proposta do Governo retira do Congresso Nacional a competência exclusiva para legislar sobre matéria financeira, cambial e monetária, uma atribuição que lhe tinha conferido o anteprojeto da subcomissão, amenizando a proposta inicial para conceder ao Congresso a possibilidade de "ter a iniciativa de dispor sobre essas matérias". Na prática, a proposta inserida pela subcomissão renunciava a adoção do Parlamentarismo, compatível também com a supressão do Conselho Monetário e a sua substituição por uma Comissão Especial Mista Permanente do Congresso Nacional para legislar na área financeira.

A proposta do Governo, ao contrário, mantém o poder legislador do CMN, com a abertura de negociar a alteração de sua composição atual, a partir da incorpora-



Teses do ex-Ministro Mário Simonsen, inspiram o Governo

ção, em proporções equivalentes, de representantes do Governo, do Congresso e da área privada, em que se faria constar também um representante dos trabalhadores. A Comissão Especial Mista Permanente restaria o papel de fiscalizar os órgãos financeiros do Executivo, e acompanhar a execução das políticas monetária, fiscal, cambial e creditícia.

Uma revisão completa foi também feita pelo Governo nas teses referentes ao papel do Banco Central. Ao contrário do projeto da subcomissão, o Governo quer consagrar a proibição de que os dirigentes da instituição sejam impedidos, quatro anos antes e quatro anos depois, de exercerem cargos em instituições financeiras privadas. Mesmo a aprovação pelo Congresso Nacional dos nomes dos Presidentes e Diretores do Banco Central foi restrita, no estudo governamental, ao crivo do Senado.

Mais importante, ainda, porque interfere nas funções exercidas pelo Banco Central, é a alteração do dispositivo do anteprojeto que proibia ao banco fornecer qualquer tipo de financiamento direto ou indireto ao Tesouro Nacional e a qualquer instância do poder público, restringindo as operações de crédito à promoção da liquidez bancária. No texto do Governo, tais financiamentos são permitidos, precedidos apenas da aprovação do Congresso Nacional, e constituem, de qualquer maneira, um avanço em relação à situação atual.

O Governo busca preservar também o papel do Banco Central para a autorização do funcionamento de instituições financeiras no País. No texto do anteprojeto, a abertura dessas instituições estava vinculada, basicamente, à idoneidade dos pretendentes à operação no mercado financeiro, permitindo-se, até mesmo, que o poder público municipal autorizasse a abertura dessas instituições.

O Governo gostaria de ver suprimida, ainda, a caracterização de que as autorizações para o funcionamento no mercado financeiro são inegociáveis e intransferíveis, sob a justificativa de que tal impedimento tornaria inviáveis as transferências de controle e negociações em bolsa. As condições para abertura e funcionamento das instituições financeiras, diz claramente o estudo do Governo, deve ficar a cargo das autoridades monetárias.

## Reunião dos relatores não tem quorum

BRASILIA — O acúmulo de trabalho dos relatores esvaziou a reunião convocada para ontem, com todos eles, pelo Líder do PMDB na Constituinte, Mário Covas, na casa do Presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães. Ao encontro só compareceu o Relator da Comissão da Soberania, Direitos e Garantias do Homem e da Mulher, Senador José Paulo Bisol, que entregou seu relatório na sexta-feira.

Segundo Covas, o objetivo das sucessivas reuniões com os relatores é buscar o equilíbrio entre as diversas tendências. Para ele, o entendimento será fruto de acertos "mais quanto à forma de tratar as questões mais polêmicas do que, propriamente, ao conteúdo dos relatórios".

## A matemática do Golfo

É COM preocupação crescente que o mundo acompanha a crise do Golfo, originalmente criada pela guerra Irã-Iraque, com sérias repercussões para a segurança dos importadores de petróleo daquela região: ou seja, para o Brasil.

MAIS imediatamente, a inquietação advém da possibilidade, hoje admitida, de o Irã colocar-se em posição de restringir a navegação na entrada do Golfo, assim comprometendo a liberdade de passagem e causando o envolvimento militar de potências, que concorrem para comprovar, perante certas nações árabes produtoras de petróleo, a sua capacidade de as protegerem.

A DIANTE, no futuro, o peso maior da União Soviética no Golfo não será confortável para os países dependentes do óleo da região, mesmo que a ação concorrente das potências possa,

no momento, reduzir a intranquilidade reinante. A presença soviética afeta a nossa segurança, na medida em que a produção petrolífera do Golfo deixa de estar apenas sob a proteção de forças navais americanas e britânicas.

A PRESENÇA naval soviética no Golfo altera o papel deste, o de área de reserva quase exclusiva dos grandes importadores do Ocidente, sem esquecermos o fato de que tal presença acrescenta prestígio diplomático-militar de Moscou.

O FUTURO confirmará ou não um paradoxo: maior insegurança a médio e longo prazos em decorrência de mais um protetor no Golfo. Por isso, imagina-se que o Itamaraty e a Petrobrás estarão acompanhando o desdobramento da crise no Golfo visando ao exame de reduções possíveis e rápidas da dependência energética de zona de tensão interna-

cional. Ela é hoje potencialmente de guerra, o que sugere ações prontas em dois planos.

PRIMEIRO, nenhum esmorecimento na execução da política de menor dependência externa, através do aumento constante da produção de petróleo e da manutenção de nossa capacidade produtiva de álcool. Segundo, diversificação ao máximo das fontes fornecedoras do exterior, de preferência as mais próximas do Brasil.

AS GUERRAS no Oriente Médio sempre repercutem nefastamente, tal como no passado, as questões balcânicas. Cuidemos em tempo porque nem sempre dois protetores, grandes e rivais, de uma só e mesma área explosiva garantem mais do que um único protetor. Na matemática diplomático-militar, a paz pode ganhar reforço problemático com dois protetores em lugar de um só.

## Para Simon, debate sucessório pode implodir a Constituinte

PORTO ALEGRE — O Governador Pedro Simon afirmou ontem que um debate sobre a sucessão presidencial neste momento poderia "implodir a Constituinte". Parlamentarista, teme que esse debate acabe também bombardeando a proposta que, em sua opinião, é majoritária na Constituinte: ele entende que os candidatos à Presidência — citou Ulysses Guimarães, Leonel Brizola, Aureliano Chaves, José Richa e Mário Covas — são franca-

mente favoráveis ao presidencialismo e pressionariam seus correligionários a votarem neste sentido.

Para Simon, o País está passando seu momento histórico mais importante e, por isso, não se deve discutir sobre nomes para Presidência. Ele admitiu estar frustrado por não estar na Constituinte e ter de governar um Estado sem recursos depois de 27 anos como parlamentar.